



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE

No dia 18 de junho de 2013, às 9h20, a Excelentíssima Desembargadora Presidente Elza Cândida da Silveira, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna, os diretores Ricardo Webster Pereira de Lucena - Diretor-Geral, Aldaíse de Azevedo B. Rezende Machado - Secretária-Geral da Presidência, Marcos dos Santos Antunes - Secretário da Secretaria-Geral Judiciária, Marcelo Marques de Matos - Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Cássia Maria Sebba Kafuri - Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão, Ana Beatriz Braga Pereira - Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Humberto Magalhães Ayres - Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Keyla de Moraes Monteiro Fonseca - Substituta do Secretário-Executivo da Escola Judicial, Suzana Lage Ferreira - Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças reuniram-se no Tribunal Pleno para realizar a 1ª Reunião de Análise da Estratégia de 2013. A reunião contou com a presença do Excelentíssimo Desembargador Federal do Trabalho, Dr. Daniel Viana Júnior, do juiz titular da 13ª Vara do Trabalho de Goiânia e Coordenador Pedagógico da Escola Judicial, Dr. Luciano Santana Crispim, e de vários diretores e servidores lotados nas diversas áreas do Tribunal (lista de presença em anexo). A Excelentíssima Desembargadora Presidente Elza Cândida da Silveira iniciou a reunião enfatizando a importância da Reunião de Análise da Estratégia - RAE. Comentou que a ausência da RAE em 2012 foi fator preponderante para o baixo posicionamento do TRT-18ª no resultado do Diagnóstico da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, mesmo o TRT explicando ao CNJ que estávamos revisando o plano estratégico, ou seja, formulando uma nova estratégia, motivo pelo qual não foi realizada a RAE. Após, fez um breve histórico sobre o processo de evolução do Planejamento Estratégico do Tribunal, mostrando cada etapa realizada. Em seguida, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna apresentou o Mapa Estratégico do TRT-18ª, explicando os objetivos estratégicos aprovados pelo Tribunal Pleno. Ao expor sobre o objetivo "Promover a efetividade no cumprimento das decisões", destacou que apesar de nosso Regional ter uma boa taxa de congestionamento na fase de conhecimento, precisa melhorar muito a fase executória. Citou, ainda, que ações, projetos e programas devem ser desenvolvidos para que nosso Tribunal possa atingir

Missão do TRT-18ª Região: Promover a paz social, mediante a solução dos conflitos trabalhistas com qualidade, efetividade e satisfação da sociedade. 1

seus objetivos estratégicos. Dando sequência à RAE, os diretores responsáveis pela medição de indicadores expuseram propostas de alterações a eles e apresentaram dados. A diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão, Cássia Maria Sebba Kafuri, apresentou os indicadores “Grau de confiança na Justiça do Trabalho”, “Grau de satisfação com os serviços prestados”, “Índice de satisfação do atendimento ao cliente” e “Índice de satisfação do cidadão com os canais de atendimento ao cidadão”. Propôs que a pesquisa de satisfação de clientes seja realizada bianualmente. No entanto, ficou decidido que a pesquisa continuará ser aplicada ano a ano, em razão da sua importância para o Tribunal. O diretor da Secretaria da Corregedoria Regional, Marcelo Marques de Matos, iniciou sua apresentação com o indicador “Taxa de congestionamento na execução”. Propôs alteração no nome do indicador para “Taxa de congestionamento na execução (Trabalhista)”. Informou que a taxa de congestionamento será medida em relação às execuções trabalhistas, excluindo-se as execuções exclusivamente previdenciárias. Sugeriu alterações na nomenclatura dos parâmetros da fórmula de cálculo da seguinte maneira: “Total de processos baixados na fase de execução” - “Execuções trabalhistas encerradas” e “casos novos na fase de execução” - “Execuções trabalhistas iniciadas”. Comunicou mudança na linha de base desse indicador, qual seja: 2011: 64,34%; 2012: 72,63%. Ressaltou que o Tribunal precisa melhorar a taxa de congestionamento na execução. Após, propôs a substituição do indicador “Índice de processos baixados por efetivo adimplemento” por “Índice de efetividade na execução trabalhista” e a seguinte fórmula: $((\text{Execuções trabalhistas encerradas} \times 100) / \text{Execuções trabalhistas encerradas} + \text{Execuções trabalhistas remetidas ao arquivo provisório})$. Indicou a situação atual (ano 2012) do índice proposto: 69,91%. Sugeriu como meta aumentar o percentual em 15% até 2017. Em seguida, apresentou o indicador “Tempo médio de duração do processo judicial, da autuação ao arquivamento”. Propôs alteração na nomenclatura do parâmetro “Processos arquivados” para “Processos arquivados definitivamente”. Informou alteração da linha de base, ano 2011, para 436 dias. Posteriormente, falou sobre o indicador “Índice de atendimento à demanda”, propondo alteração da nomenclatura do parâmetro “Número de processos baixados” para “Número de processos solucionados”. Comunicou mudança da linha de base desse indicador: 2011: 98,71% e 2012: 91,47%. Sugeriu alteração da meta prevista para 2013 de 90% para 93%. Por fim, propôs a substituição do indicador “Índice de atraso na tramitação dos processos” por “Taxa de Congestionamento Global”, bem como a fórmula de cálculo: $(R_{\text{Fin}} \times 100) / (CN + R_{\text{Ant}})$, onde: R_{Fin} = Resíduo final (apurado no final do período a ser medido); R_{Ant} = Resíduo do ano anterior ao período a ser medido; CN = Casos novos que entraram no período (1º e 2º Graus) + Execuções trabalhistas e previdenciárias. Reforçou que esse indicador mede a taxa de congestionamento global (Fase de conhecimento 1º Grau + Execução + 2º Grau) Resíduo Final (1º e 2º Graus, incluindo-se as execuções trabalhistas e previdenciárias / Resíduo Anterior + Casos Novos (1º e 2º Graus e também as execuções trabalhistas e previdenciárias). Informou a linha de base desse indicador: 2011: 32,07% e 2012: 38,51%. Sugeriu como meta 5% até 2017. O diretor-geral, Ricardo Werbster Pereira de Lucena, apresentou os indicadores “Despesa média do processo” e “Agilidade na tramitação dos processos administrativos”. Em relação ao primeiro, a

Missão do TRT-18ª Região: Promover a paz social, mediante a solução dos conflitos trabalhistas com qualidade, efetividade e satisfação da sociedade.

Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão, Cássia Maria Sebba Kafuri, verificou a necessidade de alterar a fórmula de cálculo constante no Plano Estratégico para: $D/Parq$, onde: D = total de despesas; $Parq$ = Processos arquivados definitivamente. Quanto ao indicador "Agilidade na tramitação dos processos administrativos", o diretor-geral informou que nenhum dos processos analisados em 2013 foi encerrado dentro do prazo estabelecido pelo CNJ. Diante disso, solicitou o mapeamento dos processos de aquisição para identificarmos os problemas e buscarmos meios de melhorar os prazos. Propôs a redução do número de Processos Administrativos, citando o caso de PA's relacionados à ginástica laboral. Afirmou que o nosso desafio é racionalizar os Processos Administrativos de Aquisição. A diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão identificou a necessidade de alterar o nome desse indicador para "Índice de agilidade na tramitação dos processos administrativos". O diretor da Secretaria-Geral Judiciária, Marcos dos Santos Antunes, apresentou o indicador "Coeficiente de acessibilidade à jurisdição". Informou que foi realizada uma atualização na tabela relativa ao coeficiente, uma vez que os dados da população eram de 2009. Em razão disso, comunicou a correção da linha de base, ano 2012, para 33 km e propôs novas metas: 2013: 32 km; 2014: 31 km; 2015: 30 km; 2016: 29 km; 2017: 28km. O diretor ressaltou a necessidade de incrementar a Justiça Itinerante em nosso Tribunal e destacou que é preciso ter uma equipe de servidores e magistrados dedicada a ela. A Secretária-Geral da Presidência, Aldaíse de Azevedo B. Rezende Machado, chefe da Comissão de Acessibilidade, iniciou sua apresentação convidando o chefe do Núcleo de Engenharia, Crebilon de Araújo Rocha Filho, a explicar o indicador "Índice de edificações da JT que possuem acesso ao PNE". O servidor Crebilon propôs alteração da fórmula de cálculo desse indicador, ficando de encaminhá-la formalmente para a Secretaria de Planejamento e Gestão. Além disso, sugeriu mudança nas metas: 2013: 82,13%; 2014: 85,96%; 2015: 87,17%; 2016: 91,25%; 2017: 99,06%. Posteriormente, a Secretária-Geral da Presidência propôs alteração do termo PNE (Portador de Necessidades Especiais) para "Pessoa com Deficiência" nos indicadores "Índice de edificações da JT que possuem acesso ao PNE" e "Número de ações da JT que possibilitem o atendimento ao PNE". Argumentou que a nova terminologia está em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, os quais balizam a política nacional para a pessoa com deficiência. Aduziu, também, que a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência/Secretaria de Direitos Humanos/Presidência da República adota a terminologia, atendendo às políticas internacionais e nacionais. Em seguida, apresentou o indicador "Número de ações da JT que

Missão do TRT-18ª Região: Promover a paz social, mediante a solução dos conflitos trabalhistas com qualidade, efetividade e satisfação da sociedade. 3

possibilitem o atendimento ao PNE", enumerando as ações que estão sendo feitas em nosso Regional. São elas: 1- Projeto "Sensibilização sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência", em execução pela Seção de Assistência Psicossocial, prevendo-se três produtos: a) Realização de Curso EAD sobre "Atendimento a Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida" aos servidores do Tribunal; b) Oferta de curso presencial sobre "Atendimento a Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida" para trabalhadores - agentes de segurança, vigilantes e recepcionistas - do TRT 18 em setembro de 2013; c) Criação de um espaço na intranet do TRT 18 para divulgação de informações a respeito dos direitos dos portadores de necessidades especiais e investimentos relativos à acessibilidade nas sedes do Tribunal a partir de junho de 2013; 2 - Identificação de lotação para os estagiários portadores de necessidades especiais, nomeados pelo último concurso público, considerando as condições de acessibilidade e equipes acolhedoras, pela Seção de Assistência Psicossocial e Seção de Seleção e Provisão e acompanhamento funcional a eles. Por fim, a Secretária pediu sugestões aos servidores presentes na RAE de melhorias da acessibilidade das pessoas com deficiência. A diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, Ana Beatriz Braga Pereira, apresentou o indicador "Índice do clima organizacional". Não houve proposta de mudança. Em seguida, explanou acerca do indicador "Índice de percepção do trabalho em equipe", sugerindo alterar a meta fixada no Plano Estratégico da seguinte forma: 2013: 78%; 2014: 79%; 2015: 80%; 2016: 81%; 2017: 82%. Após, apresentou o indicador "Índice de absenteísmo por enfermidade", propondo que seja medido trimestralmente e que haja mudança da fórmula de cálculo e das metas previstas no Plano Estratégico. Destacou que a proposta de alteração na maneira de medir esse indicador se deve à dificuldade de diagnóstico de doenças relacionadas ao trabalho exclusivamente. Sugeriu a conjunção de dois índices para medir esse indicador: 1-IF: índice de frequência de absenteísmo por doença; 2-PPA: percentual de pessoas afastadas por doença, com as seguintes fórmulas: IF: n° de LTPS/ n° total de servidores; PPA: n° de pessoas afastadas por LTPS X 100/ n° total de servidores, onde: IF = índice de frequência; PPA = percentual de pessoas afastadas; LTPS = licença para tratamento da própria saúde. Informou a linha de base: 2011: IF = 0,50 PPA = 27,33%; 2012: IF = 0,47 PPA = 23,28% e propôs as seguintes metas: 2013: IF- 0,465 PPA- 23,047% ; 2014: IF- 0,461 PPA- 22,817% ; 2015: IF- 0,456 PPA- 22,589% ; 2016: IF- 0,451 PPA- 22,363% ; 2017: IF- 0,447 PPA- 22,139%. Dando sequência, a diretora apresentou o indicador "Índice de condições de trabalho". Comunicou a situação atual, ano 2013, em que o

*Missão do TRT-18*Região: Promover a paz social, mediante a solução dos conflitos trabalhistas com qualidade, efetividade e satisfação da sociedade.*

índice está em 40%. Propôs alteração na fórmula de cálculo do indicador: $ICT = \frac{\text{itens atendidos} + \text{itens atendidos com restrição da NR 17}}{\text{total de itens da NR 17}} \times 100$. Sugeriu, também, mudança das metas dos seguintes anos: 2014: 60%; 2015: 75%; 2016: 90%. Após, apresentou o indicador "Pegada de Carbono". Propôs que seja medido semestralmente. Informou a linha de base, ano 2012: 420,4 hag (hectare global). Sugeriu mudança da meta fixada no Plano Estratégico para: reduzir 1% ao ano o valor apontado em 2012. Por fim, explanou acerca do indicador "Índice de satisfação de servidores e magistrados quanto à estrutura física", propondo que seja medido anualmente, bem como a alteração das metas estabelecidas no Plano Estratégico para: 2013 - 78%; 2014 - 79%; 2015 - 80%; 2016 - 81%; 2017 - 82%. A substituta do Secretário-Executivo da Escola Judicial, Keyla de Moraes Monteiro Fonseca, apresentou o indicador "Índice de atingimento do Plano Anual de Capacitação do TRT". Afirmou que foram planejadas 37 atividades e que, até maio de 2013, 32 já haviam sido executadas, o que representa um índice de 86% de atingimento do Plano. Em seguida, mencionou sobre o indicador "Aplicabilidade dos conhecimentos obtidos", aduzindo que a medição será iniciada em setembro de 2013, já que o formato da avaliação ainda está em desenvolvimento pela Escola Judicial. Após, explanou acerca do indicador "Índice de atingimento de demandas exógenas", informando que neste ano tivemos duas demandas exógenas, uma em janeiro (CNJ solicitou realização de Seminário de Previdência Complementar) e outra em março (CSJT requereu treinamento em compras públicas sustentáveis), mas que, por enquanto, nenhuma foi atingida. O Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Humberto Magalhães Ayres, iniciou a apresentação dos indicadores de infraestrutura tecnológica convidando o servidor Sávio Menezes Sampaio, chefe da Seção de Administração de Servidores de Aplicação, a apresentar o indicador "Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC". Foram demonstrados os meios utilizados para medi-lo e noticiado que há monitoramento da disponibilidade dos serviços essenciais de TIC tanto internamente, por meio do Nagios, quanto externamente (há dois servidores externos, um no Brasil e outro no centro dos Estados Unidos. Se um falhar, fica o resultado do outro. Se os dois indicarem falha, provavelmente será o nosso sistema que estará fora do ar). Informou a situação atual, ano 2013: 99,20%. Em seguida, Sávio falou sobre o indicador "Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia". Informou que não há linha de base, mas que a previsão é de que seja possível medir esse índice no final do mês de julho. O diretor da 17ª Vara do Trabalho de Goiânia, Ivo Vasconcelos Ferreira da Silva, questionou acerca da lentidão do PJE e Sávio explicou que o PJE não foi

Missão do TRT-18ª Região: Promover a paz social, mediante a solução dos conflitos trabalhistas com qualidade, efetividade e satisfação da sociedade. 5

desenvolvido pelo TRT, mas que a STI tenta garantir melhorias no sistema. Após, o servidor Robinaldo José Santos Alves, chefe do Núcleo de Projetos e Processos de Negócio, apresentou o indicador "Índice de aderência aos padrões mínimos de TIC". Informou que em 2013 já foram atendidos 50% dos itens da Resolução 90, mas que é necessário executar mais quatro ações para se atingir a meta. Propôs que esse indicador seja medido semestralmente. Posteriormente, o servidor Paulo Goiás Cordeiro dos Santos, chefe da Coordenadoria de Sistemas e Internet, explanou sobre o indicador "Índice de atendimento à demanda de desenvolvimento e aprimoramento de sistemas de informação", comunicando que a situação atual desse índice é 92%. Aduziu que, em razão da complexidade para se mensurar esse indicador, é preciso revê-lo e definir o que será considerado como demanda atendida. A diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças, Suzana Lage Ferreira, apresentou o indicador "Índice de Orçamento Estratégico". Propôs alteração na fórmula de cálculo: $(VDE/DE) \times 100$, onde VDE = valor disponibilizado para iniciativas estratégicas; DE = despesas previstas com ações estratégicas. Sugeriu que esse indicador seja medido trimestralmente. Em seguida, explicou o indicador "Índice de execução orçamentária", informando que até abril de 2013 28,56% do orçamento disponibilizado foi executado. Após, apresentou o indicador "Informações orçamentárias e financeiras disponíveis", comunicando que de janeiro a abril de 2013 100% das informações orçamentárias e financeiras foram disponibilizadas na internet. Por fim, a Excelentíssima Desembargadora Presidente Elza Cândida da Silveira encerrou a reunião agradecendo a participação de todos os presentes e enfatizou que na próxima RAE, que será realizada em setembro, as áreas apresentarão os projetos que garantirão o cumprimento das metas. Solicitou que as unidades procurem o Escritório de Projetos do Tribunal e desenvolvam as ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal. Deu-se por encerrada a reunião às 12h55. Eu, Flávia Ramos Queiroz, Chefe da Seção de Planejamento da Secretaria de Planejamento e Gestão, lavrei a presente Ata, que, a seguir, foi assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Presidente Elza Cândida da Silveira, pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente Aldon do Vale Alves Taglialegna e pelos diretores abaixo nomeados:

Elza Cândida da Silveira
Desembargadora Presidente

Missão do TRT-18ª Região: Promover a paz social, mediante a solução dos conflitos trabalhistas com qualidade, efetividade e satisfação da sociedade.

Aldon do Vale Alves Taglialegna
Desembargador Vice-Presidente

Ricardo Webster Pereira de Lucena
Diretor-Geral

Aldaíse de Azevedo B. Rezende Machado
Secretária-Geral da Presidência

Marcos dos Santos Antunes
Secretário-Geral Judiciário

Marcelo Marques de Matos
Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional

Cássia Maria Sebba Kafuri
Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão

Ana Beatriz Braga Pereira
Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas

Humberto Magalhães Ayres
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação

Suzana Lage Ferreira
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

Keyla de Moraes Monteiro Fonseca
Substituta do Secretário-Executivo da Escola Judicial

A S S I N A T U R A

Este documento foi visualizado eletronicamente e segue assinado por

ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

Goiânia, 11 de julho de 2013.

ASSINATURAS

[Documento assinado eletronicamente por]

RICARDO WEBSTER P. DE LUCENA

DIRETOR-GERAL CJ-4

ALDAÍSE DE AZEVEDO B. REZENDE MACHADO

SEC GERAL PRES CJ4

MARCOS DOS SANTOS ANTUNES

SECRET GERAL JUD CJ-4

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIR DE SECRET-CJ-3

CÁSSIA MARIA SEBBA KAFURI

DIR DE SECRET-CJ-3

ANA BEATRIZ BRAGA PEREIRA

DIR DE SECRET-CJ-3

HUMBERTO MAGALHÃES AYRES

DIR DE SECRET-CJ-3

SUZANA LAGE FERREIRA

DIR DE SECRET-CJ-3

KEYLA DE MORAES MONTEIRO FONSECA

CHEFE DE SEÇÃO FC-4

Goiânia, 6 de agosto de 2013.